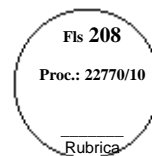




TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



Processo nº (a): 22.770/10

Apenso nº: 480.001.119/10

Origem: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF

Assunto: Tomada de Contas Especial - TCE

Valor: R\$ 106.543,33 (montante em exame)

Ementa: Tomada de Contas Especial. Irregularidade na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem para a inatividade de militar da PMDF.

Citação do militar. Decisão nº 3.584/14¹.

Alegações de defesa apresentadas pelo Senhor Johnson Lopes da Silva em face do referido *decisum*.

Unidade Técnica pelo conhecimento da defesa apresentada, considerando-as improcedentes, julgamento irregular das contas e pela inabilitação para exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

Ministério Público opina no mesmo sentido.

Voto convergente.

RELATÓRIO

Cuidam os autos de Tomada de Contas Especial instaurada para apurar a existência de irregularidades na concessão e no pagamento de indenização de transporte na passagem à inatividade de militares da PMDF, neste caso, do militar Johnson Lopes da Silva.

Avalia-se, nesta fase processual, as alegações de defesa apresentadas pelo interessado (fls. 171/190) em atendimento aos termos da Decisão nº 3.584/14¹ (fl. 168).

A Unidade Técnica sugere que se tome conhecimento da

¹ concedeu prazo de 30 dias para a defesa do militar apresente alegações de defesa ou, se preferir, recolha os débitos apurados nos autos, em decorrência da percepção indevida da vantagem pecuniária de indenização de transporte julgando-se, como consequência, irregulares suas contas, com imputação de débito e de pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



defesa apresentada; considere improcedente as alegações de defesa; julgue as contas irregulares; conceda o prazo de 30 dias para recolher o débito imputado corrigido até a data do efetivo pagamento; caso não atendida a notificação referente ao débito, adote providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/94²; inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança e autorizar o retorno dos autos à Secretaria de Contas. Suas considerações e sugestões foram lançadas nos seguintes termos:

DA DEFESA

ALEGAÇÕES DE JOHNSON LOPES DA SILVA (fls. 171/176 e anexos de fls. 178/190)

5. Inicialmente, o defendente fez uma breve síntese dos fatos.

Preliminar da decadência

6. Sustenta o defendente, preliminarmente, com esteio na Lei n.º 9.784/1999, ter havido a decadência do direito de a Administração reaver o valor da indenização.

Análise

7. Impende salientar que não há incidência da decadência administrativa em face da inaplicabilidade do art. 54 da Lei n. 9.784/1999³ nos processos em que os Tribunais de Contas exercem suas competências constitucionais de controle externo, consoante asseverado, por unanimidade, pelo Plenário do STF no MS 24.859-DF.

8. Outrossim, este Tribunal, por maioria, já deliberou no mesmo sentido, conforme se observa da Decisão n.º 1.675/2003, transcrita a seguir:

“(...) decidiu considerar inaplicável o artigo 54 da Lei Federal n.º 9.784/99, recepcionada no Distrito Federal pela de n.º 2.834/01, para obstar o exercício do controle externo a cargo do Tribunal de Contas do Distrito Federal em razão dos argumentos esposados pelo Relator, especialmente pelo constante nos artigos 70, 71 e 75 da Constituição Federal e nos artigos 77 e 78 da Lei Orgânica do Distrito Federal (...).”

9. Ademais, mormente os prazos para apuração de dano ao erário, a Constituição Federal de 1988 é transparente ao excepcionar dos efeitos da prescrição/decadência as ações de ressarcimentos decorrentes de atos que causam prejuízos ao erário, conforme se extrai do art. 37, § 5º, CF/1988:

“Art. 37. A administração pública direta e indireta de qualquer dos Poderes da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios

² Art. 29. Expirado o prazo a que se refere o art. 26 desta Lei Complementar, sem manifestação do responsável, o Tribunal poderá: I – determinar o desconto integral ou parcelado da dívida nos vencimentos, salários ou proventos do responsável, observados os limites previstos na legislação pertinente; ou II – autorizar a cobrança judicial da dívida, por intermédio do órgão próprio.

³ Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.

³ Regula o processo administrativo no âmbito da Administração Pública Federal.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



obedecerá aos princípios de legalidade, impessoalidade, moralidade, publicidade e eficiência e, também, ao seguinte:

§ 5º – A lei estabelecerá os prazos de prescrição para ilícitos praticados por qualquer agente, servidor ou não, que causem prejuízos, ressalvadas as respectivas ações de ressarcimento”.

10. A jurisprudência dos Tribunais Superiores é uníssona:

STF

Ementa: AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE INSTRUMENTO. DIREITO CONSTITUCIONAL E DIREITO PROCESSUAL CIVIL. AÇÃO DE RESSARCIMENTO DE DANO AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CONSTITUIÇÃO FEDERAL. IMPRESCRITIBILIDADE. REPERCUSSÃO GERAL PRESUMIDA. AGRAVO REGIMENTAL DESPROVIDO. 1. A repercussão geral é presumida quando o recurso versar questão cuja repercussão já houver sido reconhecida pelo Tribunal ou quando impugnar decisão contrária a súmula ou a jurisprudência dominante desta Corte (artigo 323, § 1º, do RISTF).

2. O Pleno do Supremo Tribunal Federal, no julgamento do MS 26.210, Relator o Ministro Ricardo Lewandowski, DJ de 10.10.08, fixou entendimento no sentido da imprescritibilidade da ação de ressarcimento de dano ao erário.

3. In casu, o acórdão originariamente recorrido assentou: “AGRAVO. DECISÃO PROFERIDA EM AGRAVO DE INSTRUMENTO. ART. 557, CAPUT, DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. PRETENSÃO RESSARCITÓRIA. IMPRESCRITIBILIDADE. 1. Matéria possível de ser julgada por meio de decisão monocrática, na forma do art. 557 do Código de Processo Civil, haja vista a manifesta improcedência da pretensão recursal. 2. A pretensão ressarcitória é imprescritível, nos termos do que dispõe o art. 37, §5º, da constituição federal. Precedentes dos tribunais. RECURSO DESPROVIDO.’

4. Agravo regimental desprovido.

(AI 848482 AgR, Relator(a): Min. LUIZ FUX, Primeira Turma, julgado em 27/11/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-035 DIVULG 21-02-2013 PUBLIC 22-02-2013)

STJ

“PROCESSUAL E ADMINISTRATIVO. DANO AO ERÁRIO. IMPRESCRITIBILIDADE. SÚMULA 126/STJ.

1. Incide a Súmula 126/STJ, ante a não interposição de recurso extraordinário contra acórdão fundado em matéria constitucional.

2. É imprescritível a ação civil pública que visa o ressarcimento ao erário, nos termos do artigo 37, § 5º, da CF e da jurisprudência desta Corte. Precedentes.

3. Agravo regimental não provido.

(AgRg no AREsp 25.522/MG, Rel. Ministro CASTRO MEIRA, SEGUNDA TURMA, julgado em 13/03/2012, DJe 28/03/2012)”

“CONSTITUCIONAL. AGRAVO REGIMENTAL NO AGRAVO DE



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCEIA MACHADO



INSTRUMENTO. AÇÃO CIVIL PÚBLICA. CONCESSIONÁRIA DE SERVIÇO PÚBLICO. CONTRATO. SERVIÇOS DE MÃO-DE-OBRA SEM LICITAÇÃO. RESSARCIMENTO DE DANOS AO ERÁRIO. ART. 37, § 5º, DA CF. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. 1. As ações que visam ao ressarcimento do erário são imprescritíveis (artigo 37, parágrafo 5º, in fine, da CF). Precedentes. 2. Agravo regimental a que se nega provimento.

(AI 712435 AgR, Relator(a): Min. ROSA WEBER, Primeira Turma, julgado em 13/03/2012, ACÓRDÃO ELETRÔNICO DJe-071 DIVULG 11-04-2012 PUBLIC 12-04-2012 RT v. 101, n. 921, 2012, p. 670-674)"

11. Dessa forma, a alegação de decadência é improcedente.

Mérito

Argumento 1: alega que teria feito prova de domicílio, o que poderia ser comprovado com o questionário realizado pela Comissão de Tomada de Contas Especial e com as cópias de documentos anexados à defesa que ora se examina: escritura de compra e venda, registro de imóvel, certidão de inteiro teor e ônus, planta do imóvel, certificado de cadastro de imóvel rural, certidão de inteiro teor e certidão do imóvel.

Análise

12. Inicialmente, os documentos exigidos para a concessão do benefício se prestariam a dar lastro à **provável mudança** de domicílio do beneficiado. Contudo, não seriam, *de per se*, capazes de comprovar de plano a fixação de domicílio naquele município em face, principalmente, da falta de liame entre os documentos e a fixação de domicílio na cidade de destino.

13. Insta enfatizar que a efetiva mudança é condição *sine qua non* para se ter direito à indenização, não se admitindo a mera apresentação de determinados documentos como sinal inequívoco de deslocamento de uma família para outra cidade.

14. Ademais, como já apurado em outros casos, a simples assinatura de um contrato de locação, bem como a apresentação dos documentos exigidos pela Portaria PMDF n.º 133/1997, são concebíveis sem que o militar tenha sequer ido à localidade indicada. Nesta oportunidade, vale novamente anotar, por semelhança ao caso em questão, as constatações feitas no Relatório da Auditoria de Regularidade n.º 012/2000, realizada pelo Tribunal de Contas do Distrito Federal, conforme o Processo TCDF n.º 394/2000, que subsidiou a Decisão n.º 3186/2001 — TCDF:

“28. (...)

3. TRANSFERÊNCIA DE VEÍCULOS - dos 57 (cinquenta e sete) militares constantes da amostra, 45 (quarenta e cinco) incluíram veículos na bagagem. Destes, 16 (dezesseis) foram transferidos para Tabatinga/AM, 01 (um) para Rubiataba-GO - o destino indicado era Cruzeiro do Sul-AC - 27 (vinte e sete) permanecem licenciados no DF, dos quais 07 (sete) mudaram de proprietário, e 01 (um) em Luziânia-GO, sendo que este já se encontrava licenciado naquele Estado à época do requerimento do benefício, consoante informações obtidas junto ao DETRAN/DF. Ainda de acordo com o



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCEIA MACHADO



órgão de trânsito, dos 16 (dezesesseis) veículos transferidos para Tabatinga-AM 03 (três) retornaram ao DF, ou seja, foram transferidos de Tabatinga-AM para Brasília-DF (...).

30. As situações ora descritas – transferir veículo para Tabatinga/AM e em seguida trazê-lo para o DF **ou adquirir um modelo antigo de pequeno valor na véspera do requerimento do benefício -apresentam-se como indícios de fraude** não só na composição da bagagem **mas em todo o processo de pagamento da indenização de transporte.** (...) (destacou-se).

56. (...) da Portaria 23/95 CBMDF, de 30 de junho de 1995, que regulamentou a concessão do multi-citado benefício, para provar a mudança de domicílio basta o interessado apresentar contrato de aluguel de imóvel na localidade do novo domicílio e abertura de conta corrente no Banco do Brasil desse mesmo lugar.

57. Ora, qualquer desses dois documentos não são hábeis para prova de mudança de domicílio, sequer para provar que o contratante ou o correntista realizaram pessoalmente tais atos, ou seja, é possível apresentar ambos documentos sem que o beneficiado tenha ao menos saído de Brasília. A abertura de uma conta corrente pode ser feita regularmente por meio de procuração com poderes gerais, pois é ato que comporta sua execução por meio de mandatário. E hoje é possível resgatar os recursos depositados nos estabelecimentos bancários em qualquer parte do país sem necessidade de visitas à agência detentora da conta corrente. **Já o contrato de locação de imóvel é documento particular que pode ser forjado sem nenhuma dificuldade.** Ademais, quanto aos contratos de locação constantes dos processos de pagamento da indenização de transporte, há a circunstância desabonadora da autenticidade dos mesmos porquanto grande número deles tiveram por locador a mesma pessoa Sr. Romival Nunes de Oliveira (...)” (Grifamos)

15. Acrescenta-se, ainda, que o defendente, não obstante a fragilidade dos documentos exigidos pela referida Portaria, não conseguiu sequer apresentá-los de forma adequada (§§ 13 a 17 da Informação n.º 137/2014, às fls. 157/158).

16. Ao contrário do que o defendente alega, no questionário realizado pela Comissão de Tomada de Contas Especial, o militar admite que não efetuou a mudança de domicílio (itens 4 a 10, fl. 54 do Apenso nº 480.001.116/2010).

17. Conforme já exposto, em relação aos documentos anexados à defesa, não são suficientes para comprovar a efetiva mudança do domicílio. Eles apenas confirmam que o defendente possui propriedades e negócios naquela cidade, conforme ele mesmo declarou à referida Comissão (fl. 55 do Apenso nº 480.001.116/2010).

18. Destarte, a alegação não procede.

Argumento 2: acrescenta que não era obrigado a fazer prova de



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



residência com base no art. 19 da Portaria nº 133/1997.

Análise

19. A Portaria nº 133/1997⁴, em seu artigo 19, realmente afirmava que, ao passar para a inatividade, o militar que manifestasse interesse em retornar ao seu Estado de origem ficaria isento de comprovação das exigências contidas no artigo 18, ou seja, da apresentação de certos comprovantes à Diretoria de Pessoal. Tal fato não significa que ele estivesse desobrigado do dever de prestar contas que é inerente a todo aquele que recebe valores públicos.

20. Ressalta-se que, nas Cortes de Contas, **a prova** tem a finalidade basilar de demonstrar a regular aplicação dos recursos públicos. Tal assertiva decorre do disposto no art. 77, parágrafo único e art. 78, II, “a”, da Lei Orgânica do Distrito Federal – LODF, que impõem o dever de prestar contas e, por consequência, **a quem recebe valores públicos, o ônus da prova**.

21. Assim, ao ser citado para apresentar defesa, o **defendente** deveria trazer aos autos elementos de convicção suficientes para persuadir o Tribunal de que os recursos recebidos foram aplicados de acordo com o que prescrevia as normas legais.

22. Assevera-se que na defesa apresentada, o militar não trouxe aos autos nenhuma prova inequívoca sobre a verdade dos fatos que elidisse a sua responsabilidade, bem como que a nova documentação trazida não tem a força de comprovar sua mudança para a cidade indicada, conforme § 17 desta Informação.

23. Esta Corte, portanto, não poderia isentá-lo do dever de prestar contas. *Ad argumentandum tantum*, mesmo que o militar estivesse isento da obrigação de prestar contas, o que não é o caso, ele não estaria desobrigado do dever de cumprir a obrigação em si: a mudança de domicílio. Além de as alegações do defendente não estarem comprovadas nos autos, o próprio admite que não fixou residência em Parnaíba/PI, conforme § 16 desta Informação.

24. Dessa forma, o argumento é improcedente.

Argumento 3: alega que é descabida a restituição da indenização de transporte porque a recebeu de boa-fé e, ainda, que essa verba tem natureza alimentar.

Análise

25. A boa-fé objetiva é um dos princípios fundamentais do direito privado, cuja finalidade é estabelecer um padrão ético de conduta para as partes nas relações obrigacionais. Contudo, a boa-fé objetiva não se esgota nesse ramo do direito, irradiando seus efeitos por todo o ordenamento jurídico.

⁴ Portaria nº 133/1997

Art. 19 – O policial-militar, que ao passar para **inatividade** manifestar interesse em **retornar ao seu Estado de origem** ou de seu cônjuge, receberá, integralmente e em uma única parcela, o valor do benefício a que tiver direito, e **ficará isento de comprovação das exigências contidas no artigo 18**, devendo para tanto declarar, no próprio requerimento, a sua intenção com base no art. 2º do Decreto Federal nº 83936/79 c/c o Decreto/DF nº 5234/80. (grifamos)



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL

GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



26. O princípio da boa-fé objetiva coaduna com a lealdade e a lisura da atuação dos envolvidos, devendo estar presente tanto do lado da Administração quanto do lado dos administrados.

27. Não se pode conceber a existência de expectativas legítimas em relação ao administrado que não atua de boa-fé, hipótese contrária ao direito. O administrado não pode prestar informações falsas, com o intuito de beneficiar a si próprio ou a terceiros com o propósito de obter fim diverso do previsto.

28. Neste caso, o Tribunal entendeu que o militar não agiu de boa-fé, ao simular sua transferência de domicílio para recebimento da indenização, ou seja, concorreu diretamente para a ocorrência da irregularidade. Na presente questão, o favorecido não fazia jus ao benefício, portanto, deve devolver o valor percebido irregularmente.

29. Dessa forma, improcede o argumento.

Argumento 4: solicita a extinção do feito e o seu arquivamento, em razão da decadência, e caso não seja acolhida essa preliminar, requer que seja considerado improcedente o Parecer da Comissão de Tomada de Contas Especial, porquanto restou comprovada a mudança de domicílio para Parnaíba/PI; que recebeu de boa-fé a verba de caráter alimentar; e que estava isento de comprovação da mudança, nos termos do artigo 19, da Portaria PMDF nº 133/1997.

Análise

30. Ao contrário do que o defendente alega, o Parecer da Comissão de Tomada de Contas Especial é procedente pelos motivos já expostos nesta Informação, ou seja, a mudança de domicílio não ficou comprovada (§§ 12/17), o militar não agiu de boa-fé (§§ 25/28) e todo aquele que recebe recursos públicos tem o dever de prestar contas (§§ 19/23).

31. Por fim, impende salientar que decisão recente do TJDF, que trata de caso análogo, proferida pela 5ª Turma Cível, em 26/11/2014, de forma unânime, por meio do Acórdão n.º 836269, não deixa dúvidas acerca da responsabilidade civil de favorecido que não efetivou a mudança de domicílio, conforme ementa transcrita a seguir:

“ADMINISTRATIVO. BOMBEIRO MILITAR. TOMADA DE CONTAS ESPECIAL. DECADÊNCIA. AFASTADA. INDENIZAÇÃO DE TRANSPORTE. MUDANÇA DE DOMICÍLIO. INOCORRÊNCIA. RESSARCIMENTO AO ERÁRIO. DEVIDO.”

(...)

2. O pagamento de indenização de transporte está condicionado à efetiva mudança de domicílio do bombeiro militar do Distrito Federal.

3. A não ocorrência da transferência enseja o ressarcimento ao erário distrital, vedando-se apoderamento ilícito de recurso público.

4. Recurso conhecido e desprovido.” (grifamos)

CONCLUSÃO

32. Entendemos que o Tribunal deve considerar improcedentes as alegações de defesa do militar Johnson Lopes da Silva, conforme explanado nos §§ 5/31 desta Informação.



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



33. Cabe ressaltar que o Tribunal, em face da conduta dolosa do beneficiário, que simulou a transferência de domicílio com vistas a obter vantagem pecuniária em proveito próprio e em desfavor do erário distrital, tem decidido pela notificação do responsável para restituir a quantia devida aos cofres públicos, acrescida de correção monetária e de juros de mora previstos no artigo 1º, inciso II, alíneas “a” e “b”, da Emenda Regimental nº 13/2003, remanescendo, ainda, a possibilidade de imputação da pena acessória de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Distrital, como disposto no art. 60 da LC nº 1/1994.

34. Dessa forma, poderá o Tribunal julgar irregulares as contas do defendente, notificando-o, na forma do art. 26 da Lei Complementar nº 1/1994, para recolher, no prazo de 30 (trinta) dias, o débito no valor R\$ 106.543,33 (atualizado em 19/05/2015, fl. 192), que deverá ser corrigido até a data do efetivo pagamento.

SUGESTÕES

35. Ante o exposto, sugerimos ao egrégio Plenário que:

- I. tome conhecimento da defesa apresentada pelo militar Johnson Lopes da Silva (fls. 171/176 e anexos de fls. 177/190);
- II. no que diz respeito ao militar nominado no item precedente:
 - a) considere improcedentes as alegações de defesa por ele apresentadas;
 - b) com fundamento no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, c/c o art. 20, ambos da LC nº 1/1994, julgue irregulares as contas, notificando-o, com fulcro no art. 26 da referida Lei Complementar, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o débito que lhe fora imputado, no valor R\$ 106.543,33 (atualizado em 19/05/2015, fl. 192), a ser corrigido até a data do efetivo pagamento, referente ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade;
 - c) delibere, ainda, no sentido de aplicar-lhe a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, como disposto no art. 60 da LC nº 1/1994, dada a gravidade dos fatos apurados;
- III. autorize:
 - a) desde logo, caso não atendida a notificação a que se refere a alínea “b” do item anterior, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/1994;
 - b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada.

O Ministério Público, por intermédio do Parecer nº 566/15 – DA, opina para que seja acolhida as sugestões formuladas pela Unidade Técnica.

É o Relatório.

VOTO



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



Trata-se de Tomada de Contas Especial instaurada para apurar irregularidades envolvendo a indenização de transporte concedida ao militar da PM do Distrito Federal, Johnson Lopes da Silva, quando de sua passagem para a inatividade.

Informa a Unidade Técnica que, mediante a Decisão nº 3.584/14 (fl.168), este Tribunal determinou a citação do militar para que apresentasse defesa ou recolhesse o débito atualizado, sob pena de ter suas contas julgadas irregulares, bem como da aplicação da pena de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal.

A Unidade Técnica, ao analisar os argumentos apresentados (fls. 193/203), registra não ter havido alteração no entendimento anterior, persistindo a convicção de que os documentos apresentados não permitem ratificar a efetiva mudança de domicílio.

Nesse passo, considerando a improcedência da defesa e a percepção de que o prejuízo teve origem em conduta dolosa, pugna pela irregularidade das contas em apreço, pela notificação do militar para recolhimento do montante atualizado, bem como para que o TCDF delibere acerca da sua inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança.

O Ministério Público acompanha os termos da instrução (Parecer nº 566/15 – DA).

Entendo, em consonância com o Corpo Técnico e com o *Parquet*, que as alegações de defesa do militar Johnson Lopes da Silva não se mostram capazes de modificar o convencimento inicial, uma vez que o implicado deixou de apresentar documentos que efetivamente comprovassem a transferência de domicílio para a localidade escolhida, no caso, a cidade de Parnaíba/PI.

Nestes termos, em sintonia com a Unidade Técnica e com o Ministério Público, **VOTO** no sentido de que o egrégio Plenário:

- I- tome conhecimento da defesa apresentada pelo militar Johnson Lopes da Silva (fls. 171/176 e anexos de fls. 177/190);
- II- no que diz respeito ao militar nominado no item precedente:
 - a) considere improcedentes as alegações de defesa por ele apresentadas;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



- b) com fundamento no art. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, c/c o art. 20, ambos da LC nº 1/1994, julgue irregulares as contas, notificando-o, com fulcro no art. 26 da referida Lei Complementar, para, no prazo de 30 (trinta) dias, recolher o débito que lhe fora imputado, no valor R\$ 106.543,33 (atualizado em 19/05/2015, fl. 192), a ser corrigido até a data do efetivo pagamento, referente ao recebimento indevido de vantagem pecuniária a título de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade;
- c) aplique a penalidade de inabilitação para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, por 5 (cinco) anos, como disposto no art. 60 da LC nº 1/1994, dada a gravidade dos fatos apurados;

III- autorize:

- a) caso não atendida a notificação a que se refere a alínea “b” do item anterior, a adoção das providências cabíveis, nos termos do art. 29 da Lei Complementar nº 1/1994;
- b) o retorno dos autos à Secretaria de Contas para as providências de sua alçada.

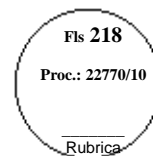
Sala das Sessões, de outubro de 2015.

ANILCÉIA MACHADO
Conselheira-Relatora

ACÓRDÃO Nº/.....



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



Ementa: Tomada de Contas Especial. PMDF. Irregularidades no pagamento de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade. Citação. Improcedência da defesa. Contas julgadas **irregulares**. Imputação de débito ao responsável e inabilitação para o exercício de cargo em comissão e função de confiança no âmbito da Administração Pública do Distrito Federal.

Processo TCDF nº 22.770/10

Apenso nº 480.001.119/10

Nome/Função: Johnson Lopes da Silva

Órgão/Entidade: Polícia Militar do Distrito Federal – PMDF.

Relatora: Conselheira Anilcéia Machado

Unidade Técnica: Secretaria de Contas

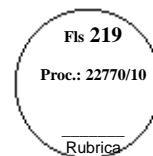
Síntese de impropriedade/falhas apuradas: percepção indevida de indenização de transporte quando da passagem para a inatividade.

Vistos, relatados e discutidos os autos, tendo em conta as conclusões da Unidade Técnica e do Ministério Público junto a esta Corte, **acordam** os Conselheiros, nos termos do Voto proferido pela Relatora deste feito, em:

- I – com fundamento nos arts. 17, inciso III, alíneas “b” e “d”, e 20 da Lei Complementar nº 01, de 9 de maio de 1994, **julgar** irregulares as contas em apreço, bem como determinar a adoção das providências cabíveis, nos termos dos arts. 24, inciso III, e 26 do mesmo diploma legal;
- II – condenar o responsável indicado a recolher, aos cofres do Distrito Federal, o valor de R\$ 106.346,76 (cento e seis mil, quinhentos e quarenta e três reais e trinta e três centavos), apurado em 19.05.15 (fl. 192), **atualizado monetariamente** até a data do efetivo ressarcimento, acrescido de juros de mora, nos termos do art. 1º, inciso II, b, da Emenda Regimental nº 13/03, bem como aplicar a pena de inabilitação, por 5 (cinco) anos, para o exercício de cargo em comissão ou função de confiança no âmbito da Administração Pública Distrital, prevista no art. 60 da LC nº 01/94, em razão das irregularidades identificadas nestes autos e no Apenso nº 480.001.119/10;



TRIBUNAL DE CONTAS DO DISTRITO FEDERAL
GABINETE DA CONSELHEIRA ANILCÉIA MACHADO



- III** – fixar o prazo de 30 (trinta) dias, a contar da correspondente notificação, para que o responsável comprove, perante este Tribunal, o recolhimento da referida quantia ao Tesouro do Distrito Federal, nos termos do art. 186 do Regimento Interno do TCDF, atualizada monetariamente até a data do efetivo recolhimento, nos termos da Lei Complementar nº 435/01;
- IV** – autorizar, desde logo, a cobrança judicial do débito, nos termos do art. 29, inciso II, da Lei Complementar nº 01/94, caso a medida prevista no item III não surta o efeito esperado.

ATA da Sessão Ordinária nº _____, de _____ de _____ de 2015.

Presentes os Conselheiros:

Decisão tomada: por unanimidade/maioria.

Representante do MP presente: Procurador(a)

Presidente

Relatora

Fui presente:

Representante do MP